



CEFET/RJ
campus Nova Friburgo

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
CELSO SUCKOW DA FONSECA**

CÓDIGO DO CURSO	CURSO
GTURNF	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

CÓDIGO DA DISCIPLINA	NOME DA DISCIPLINA	ANO/SEMESTRE
GTUR8647NF	Direito Ambiental e Patrimonial Aplicado ao Turismo	2010/2

CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	AULAS/SEMANA			PERÍODO
54 h/aula	3	TEÓRICA	PRÁTICA	ESTÁGIO	6º
		3	0	0	

PRÉ - REQUISITO (S)	CORREQUISITO (S)
Não há.	Não há.

EMENTA
Trata das principais políticas públicas dirigidas a questão da legislação ambiental e os seus limites de exploração ante a emergência do interesse público, com especial orientação para quem pretende se dedicar profissionalmente nessa área segundo os seguintes itens de abordagem: Tratamento dos aspectos legais da certificação de qualidade turística no Brasil e no mundo ("selos verdes"), como a padronização dos meios de hospedagem, dos aspectos da normatização das atividades turísticas sustentáveis; Define legislação ambiental num amplo campo de investigação científica a propósito dos limites legais sobre a apropriação de um conceito e a medida de sua contribuição no âmbito da inovação tecnológica. Contratos: Cessão de Direito de Uso, Contrato Eletrônico (e-commerce), Contrato de serviços para hipótese da instalação e ou implementação do software ambiental; Análise de risco quanto aos passivos judiciais no gerenciamento de projetos voltados para o seguimento de turismo e hotelaria; Proteção legal dos ecossistemas nos projetos de impacto ambiental - aborda os principais impactos na ordem jurídica com a consequente mudança de paradigma aplicado ao modelo de desenvolvimento sustentável; Legislação Ambiental e domínio público – licenciamento ambiental; Cláusulas de copyright, transferência de tecnologia e sigilo (shrinkwrapLicenses" e "clickwrapLicenses) no âmbito do direito interno e internacional. Lei da transparência e as garantias legais quanto a disponibilidade de acesso aos bancos de dados

BIBLIOGRAFIA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
1-STEIGLEDER, Annelise, Responsabilidade Civil Ambiental: As dimensões do dano ambiental no direito brasileiro. Livraria do Advogado. 2ª edição. Porto Alegre/RS. 2-TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. Direitos Humanos e meio ambiente. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1993

3-LEONETI, Alexandre Bevilacque, PRADO, Eliana Leão do e OLIVEIRA, Sonia Valle Borges. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. 2011. FGV. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewArticle/6995>

4-ROVER, Suliane; BORBA, José Alonso e BORGERT, Aloir. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1-Brasil. Presidência da República. Lei 12.651 de 25 de maio de 2012. Casa Civil; Subchefia para assuntos jurídicos. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm;

2-Brasil. Presidência da República. Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Casa Civil; Subchefia para assuntos jurídicos. Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm.

OBJETIVOS GERAIS

Proporcionar aos discentes uma noção da legislação vigente relacionando o Direito Patrimonial e Ambiental com o Turismo. Conhecimento das normas e resoluções que vigoram no Brasil, relacionadas a Turismo e Proteção Ambiental

METODOLOGIA

Aulas expositivas com a utilização de recurso audiovisual data show, estudos de casos, discussão e análise de textos, dinâmicas de grupo, atividades lúdicas e visitas técnicas em meios de hospedagem e equipamentos turísticos. Leitura

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

Avaliação discursiva, avaliação através de trabalhos práticos e pedagógicos com apresentações individuais e em grupo.

PROGRAMA

Tratamento dos aspectos legais da certificação de qualidade turística no Brasil e no mundo ("selos verdes"), como a padronização dos meios de hospedagem, dos aspectos da normatização das atividades turísticas sustentáveis;

Legislação ambiental num amplo campo de investigação científica a propósito dos limites legais sobre a apropriação de um conceito e a medida de sua contribuição no âmbito da inovação tecnológica.

Contratos: Cessão de Direito de Uso, Contrato Eletrônico (e-commerce), Contrato de serviços para hipótese da instalação e ou implementação do software ambiental;

Análise de risco quanto aos passivos judiciais no gerenciamento de projetos voltados para o seguimento de turismo e hotelaria;

Proteção legal dos ecossistemas nos projetos de impacto ambiental - aborda os principais impactos na ordem jurídica com a consequente mudança de paradigma aplicado ao modelo de desenvolvimento sustentável; Legislação Ambiental e domínio público – licenciamento ambiental;

**CÓDIGO DA DISCIPLINA**

GTUR8647NF

NOME DA DISCIPLINA

Direito Ambiental e Patrimonial Aplicado ao Turismo

COORDENADOR DO CURSO**NOME - SIAPE**

EDVAR FERNADES BATISTA - 1917185

ASSINATURA**LOCAL E DATA**

Nova Friburgo, 13 de setembro de 2017.